

3 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Termo de Referência 81/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
81/2025	160202-3 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	WARNER SCOTT SOBREIRA LIMA JUNIOR	22/08/2025 10:47 (v 2.2)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		64041.009057/2024-56

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de balanças rodoviárias com a finalidade de atender às necessidades do Sistema de Engenharia do Exército (SEEx), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Órgão Gerenciador: ITENS A SEREM ENTREGUES NO 3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, AV. SENADOR HELVÍDIO NUNES, S/N - JARDIM NATAL, PICOS - PI, 64606-000								
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID	REQ. MÍNIMA	REQ. MÁXIMA	QTDE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	BALANÇA RODOVIÁRIA PORTÁTIL - Equipamento novo, zero hora de funcionamento; Ano de fabricação: do ano em curso. Tipo balança rodoviária portátil. Balança rodoviária portátil com 6 plataformas de pesagem; Plataformas independentes de 50 x 50 para pesagem; Capacidade mínima de pesagem individual de 6 ton por plataforma; Capacidade total de no mínimo 36.000kg;	420643	UND	1	10	10	R\$ 86.500,00	R\$ 865.000,00

	A balança deve ter a função tara; Erro máximo de pesagem permitido de 10kg; O sistema eletrônico deve possibilitar no mínimo a pesagem total da viatura (peso das plataformas juntas); Voltagem automática; Bolsa p/ acondicionamento do Indicador de Pesagem; Bateria interna com capacidade p/ 20h de uso contínuo; equipamento pintado conforme padrão do fabricante. O equipamento deve estar acompanhado do ferramental e acessórios necessários à sua montagem, manutenção e operação.							
2	Balança rodoviária eletrônica com plataforma modular que permite a remoção e transporte da balança para outro local, composta por módulos metálicos construídos em vigas de aço carbono. Capacidade de pesagem de 80.000 kg x 10 kg. Plataforma de pesagem com dimensões de 18 x 3,20m, vão de 0,80 m. Capacidade de célula de carga digital de 40 t, quantidade de células de carga digital: 8. Elementos de fixação da malha em aço CA-50 soldados, parafusos a-325 e porcas a-563, protegidos e tratados contra	426753	UND	1	2	2	R\$ 335.906,00	R\$ 671.812,00

	ferrugem (zincados). Indicador e gerenciador de pesagem que trabalha com até 16 células de cargas conectadas a uma caixa de junção. Cabos blindados com malha de aterramento, awg 22 com 6 vias preparados para não sofrer interferência de ruídos. Software de gerenciamento de pesagens. Deve atender a portaria do INMETRO/IPEM 236 /94 inclusos: garantia mínima de cinco (05) a n o s ; acompanhamento técnico para supervisão de instalação e manuseio.							
3	Balança rodoviária, equipamento novo, zero hora de funcionamento, totalmente eletrônico, para instalação sobre piso, livre de quaisquer componentes mecânicos móveis; capacidade de pesagem de até 100.000 kg; divisões de leitura: de 20 kg; plataforma medindo: 21m x 3,20m; forma de instalação: sobre piso; e quantidade de células de carga digitais: 08 unidades. Plataforma de pesagem, cobertura em concreto, sendo utilizadas chapas de aço carbono SAE 1020, e perfis estruturados em aço carbono ASTM A-36 ou superior com um rigorosíssimo, controle de qualidade	426753	UND	1	2	2	R\$ 451.887,33	R\$ 903.774,66

Atende EMC / ESD exigidas de acordo com EN 45 501; Indicador de pesagem DIGITAL. Capacidade de armazenamento de 1.500 registros de pesagem; Banco de dados com capacidade para cadastros de clientes e produtos, nota fiscal, placa do veículo entre outros disponíveis; Display gráfico de multi-funções com teclado alfanumérico; Capacidade de transmissão de dados do sistema para um computador interligado; Canais de comunicação serial para conexão a impressora, computador, PLC ou display remoto; - Suporte giratório para montagem em parede ou mesa; Configuração e calibração digital realizada mediante teclado; Gabinete de aço inox , imune a interferências eletromagnéticas geradas por transmissores, possui proteção IP-67, disponível na versão mesa ou parede; Capacidade de emissão de relatórios do sistema; Possibilita entrada manual e banco de tarifas. Proteção de alta tensão interna. Software Controle de Pesagem-Cadastro de produtos, clientes /fornecedores e transportadores; Pesagens de entrada (inicial) e saída (final) para cálculo do peso líquido (carga);							
--	--	--	--	--	--	--	--

Pesagem avulsa (pesagem única); Relatórios de cadastros de produtos, cliente /fornecedor e transportadores; Relatórios de veículos em trânsito; Relatórios de resumo de pesagens por expedição, recepção ou ambos juntos; - Relatórios de pesagens e de tíquetes; Cadastro de limites de peso inicial e final; e Exportar peso por data em um arquivo Texto (txt). Projeto da estrutura - A balança deverá ser montada ao nível do solo, no modelo de 21,0 m por 3,20m, contendo o acesso por rampas; - No dimensionamento das fundações da plataforma de pesagem, deverão ser consideradas as cargas provenientes dos fatores de impacto e sobrecarga que os veículos transmitem quando freiam ou deslocam-se sobre a plataforma de pesagem e o peso próprio da estrutura metálica da balança, PROCEDÊNCIA NACIONAL, PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA 90 dias contados da data de sua apresentação. ENTREGA 30 dias corridos contados do recebimento do pedido de entrega. Pagamento 30 dias contados do recebimento da nota fiscal. GARANTIA 12 meses sem limites de horas trabalhadas.						
---	--	--	--	--	--	--

CERTIFICADA, APROVADA E AFERIDA PELO IPEM/INMETRO. Registro Ministério da Saúde/ANVISA, Produto não Classificado para saúde pela ANVISA, segundo RDC n 260 e NOTA TÉCNICA N 03/2012. Acompanhamento da construção da base para instalação; supervisão de instalação.							
TOTAL							R\$ 2.440.586,66

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: ITENS A SEREM ENTREGUES NO 3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, AV. SENADOR HELVÍDIO NUNES, S/N - JARDIM NATAL, PICOS - PI, 64606-000								
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	REQ. MÍNIMA	REQ. MÁXIMA	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	BALANÇA RODOVIÁRIA PORTÁTIL - Equipamento novo, zero hora de funcionamento; Ano de fabricação: do ano em curso. Tipo balança rodoviária portátil. Balança rodoviária portátil com 6 plataformas de pesagem; Plataformas independentes de 50 x 50 para pesagem; Capacidade mínima de pesagem individual de 6 ton por plataforma; Capacidade total de no mínimo 36.000kg; A balança deve ter a função tara; Erro máximo de pesagem permitido de 10kg; O sistema eletrônico	420643	UND	1	10	10	R\$ 86.500,00	R\$ 865.000,00

	deve possibilitar no mínimo a pesagem total da viatura (peso das plataformas juntas); Voltagem automática; Bolsa p/ acondicionamento do Indicador de Pesagem; Bateria interna com capacidade p/ 20h de uso contínuo; equipamento pintado conforme padrão do fabricante. O equipamento deve estar acompanhado do ferramental e acessórios necessários à sua montagem, manutenção e operação.							
2	Balança rodoviária eletrônica com plataforma modular que permite a remoção e transporte da balança para outro local, composta por módulos metálicos construídos em vigas de aço carbono. Capacidade de pesagem de 80.000 kg x 10 kg. Plataforma de pesagem com dimensões de 18 x 3,20m, vão de 0,80 m. Capacidade de célula de carga digital de 40 t, quantidade de células de carga digital: 8. Elementos de fixação da malha em aço CA-50 soldados, parafusos a-325 e porcas a-563, protegidos e tratados contra ferrugem (zincados). Indicador	426753	UND	1	2	2	R\$ 335.906,00	R\$ 671.812,00

	e gerenciador de pesagem que trabalha com até 16 células de cargas conectadas a uma caixa de junção. Cabos blindados com malha de aterramento, awg 22 com 6 vias preparados para não sofrer interferência de ruídos. Software de gerenciamento de pesagens. Deve atender a portaria do INMETRO/IPEM 236/94 inclusos: garantia mínima de cinco (05) a n o s ; acompanhamento técnico para supervisão de instalação e manuseio.							
3	Balança rodoviária, equipamento novo, zero hora de funcionamento, totalmente eletrônico, para instalação sobre piso, livre de quaisquer componentes mecânicos móveis; capacidade de pesagem de até 100.000 kg; divisões de leitura: de 20 kg; plataforma medindo: 21m x 3,20m; forma de instalação: sobre piso; e quantidade de células de carga digitais: 08 unidades. Plataforma de pesagem, cobertura em concreto, sendo utilizadas chapas de aço carbono SAE 1020, e perfis estruturados em aço carbono ASTM A-36 ou superior com um rigorosíssimo, controle de qualidade e de procedência garantida das células	426753	UND	1	2	2	R\$ 451.887,33	R\$ 903.774,66

pesagem e o indicador de peso tem capacidade para instalação em uma posição de no mínimo 20 m de distância entre os mesmos; estrutura trabalhada com esmalte antiferrugem/antioxidante p reparadas para receber

estruturas em concreto. Células de cargas interligadas, que não utilizam uso da caixa de junção; proteção contra interferência de rádio

frequência; conectores protegidos contra umidade e corrosão; resistência e proteção contra pequenas descargas elétricas e raios; célula dotada de pino central para a comodação de uma descarga descentralizada no sistema de compensação automática do efeito "creep", em decorrência de deformações causadas por carga deixada sobre a plataforma; sistema automático de compensação de temperatura; dados de calibração individual guardados em memória própria não volátil; tempo médio entre falhas (MTBF) maior que 20.000 horas; sinal de saída digital, com processador interno digital; carga nominal: 20t a 50t; Material de aço inoxidável soldado a laser, IP68;

Certificado de acordo com a OIML R60; Atende EMC / ESD exigidas de acordo com EN 45 501; Indicador de pesagem DIGITAL. Capacidade de armazenamento de 1.500 registros de pesagem; Banco de dados com capacidade para cadastros de clientes e produtos, nota fiscal, placa do veículo entre outros disponíveis; Display gráfico de multi-funções com teclado alfanumérico; Capacidade de transmissão de dados do sistema para um computador interligado; Canais de comunicação serial para conexão a impressora, computador, PLC ou display remoto; - Suporte giratório para montagem em parede ou mesa; Configuração e calibração digital realizada mediante teclado; Gabinete de aço inox , imune a interferências eletromagnéticas geradas por transmissores, possui proteção IP-67, disponível na versão mesa ou parede; Capacidade de emissão de relatórios do sistema; Possibilita entrada manual e banco de taras. Proteção de alta tensão interna. Software

Controle de
Pesagem-Cadastro
de produtos, clientes
/fornecedores e
transportadores;

Pesagens de entrada (inicial) e saída (final) para cálculo do peso líquido (carga); Pesagem avulsa (pesagem única); Relatórios de cadastros de produtos, cliente /fornecedor e transportadores; Relatórios de veículos em trânsito; Relatórios de resumo de pesagens por expedição, recepção ou ambos juntos; - Relatórios de pesagens e de tíquetes; Cadastro de limites de peso inicial e final; e Exportar peso por data em um arquivo Texto (txt). Projeto da

estrutura - A balança deverá ser montada ao nível do solo, no modelo de 21,0 m por 3,20

m, contendo o acesso por rampas; - No dimensionamento das fundações da plataforma

de pesagem, deverão ser consideradas as cargas provenientes dos fatores de impacto e sobrecarga que os veículos transmitem quando freiam ou deslocam-se sobre a plataforma de pesagem e o peso próprio da estrutura metálica da balança, PROCEDÊNCIA NACIONAL, PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA 90 dias contados da data de sua apresentação. ENTREGA 30 dias corridos contados do

recebimento do pedido de entrega. Pagamento 30 dias contados do recebimento da nota fiscal. GARANTIA 12 meses sem limites de horas trabalhadas. CERTIFICADA, APROVADA E AFERIDA PELO IPEM/INMETRO. Registro Ministério da Saúde/ANVISA, Produto não Classificado para saúde pela ANVISA, segundo RDC n 260 e NOTA TÉCNICA N 03/2012. Acompanhamento da construção da base para instalação; supervisão de instalação.							
SUBTOTAL							R\$ 2.440.586,66

Órgão Participante: ITENS A SEREM ENTREGUES NO 2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, AV. FREI SERAFIM Nº 2833, Bairro Centro, Teresina-PI, 64000-020								
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID	REQ. MÍNIMA	REQ. MÁXIMA	QTDE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	BALANÇA RODOVIÁRIA PORTÁTIL - Equipamento novo, zero hora de funcionamento; Ano de fabricação: do ano em curso. Tipo balança rodoviária portátil. Balança rodoviária portátil com 6 plataformas de pesagem; Plataformas independentes de 50 x 50 para pesagem; Capacidade mínima de pesagem individual de 6 ton por plataforma;	420643	UND	1	1	1	R\$ 86.500,00	R\$ 86.500,00

	Capacidade total de no mínimo 36.000kg; A balança deve ter a função tara; Erro máximo de pesagem permitido de 10kg; O sistema eletrônico deve possibilitar no mínimo a pesagem total da viatura (peso das plataformas juntas); Voltagem automática; Bolsa p/ acondicionamento do Indicador de Pesagem; Bateria interna com capacidade p/ 20h de uso contínuo; equipamento pintado conforme padrão do fabricante. O equipamento deve estar acompanhado do ferramental e acessórios necessários à sua montagem, manutenção e operação.							
5	Balança rodoviária eletrônica com plataforma modular que permite a remoção e transporte da balança para outro local, composta por módulos metálicos construídos em vigas de aço carbono. Capacidade de pesagem de 80.000 kg x 10 kg. Plataforma de pesagem com dimensões de 18 x 3,20m, vão de 0,80 m. Capacidade de célula de carga digital de 40 t, quantidade de células de carga digital: 8. Elementos de fixação da malha em aço CA-50 soldados, parafusos a-325 e	426753	UND	1	1	1	R\$ 335.906,00	R\$ 335.906,00

	porcas a-563, protegidos e tratados contra ferrugem (zincados). Indicador e gerenciador de pesagem que trabalha com até 16 células de cargas conectadas a uma caixa de junção. Cabos blindados com malha de aterramento, awg 22 com 6 vias preparados para não sofrer interferência de ruídos. Software de gerenciamento de pesagens. Deve atender a portaria do INMETRO/IPEM 236/94 inclusos: garantia mínima de cinco (05) a n o s ; acompanhamento técnico para supervisão de instalação e manuseio.							
6	Balança rodoviária, equipamento novo, zero hora de funcionamento, totalmente eletrônico, para instalação sobre piso, livre de quaisquer componentes mecânicos móveis; capacidade de pesagem de até 100.000 kg; divisões de leitura: de 20 kg; plataforma medindo: 21m x 3,20m; forma de instalação: sobre piso; e quantidade de células de carga digitais: 08 unidades. Plataforma de pesagem, cobertura em concreto, sendo utilizadas chapas de aço carbono SAE 1020, e perfis estruturados em aço carbono ASTM A-36 ou superior com um rigorosíssimo, controle de qualidade e de procedência garantida	426753	UND	1	1	1	R\$ 451.887,33	R\$ 451.887,33

com a OIML R60; Atende EMC / ESD exigidas de acordo com EN 45 501; Indicador de pesagem DIGITAL. Capacidade de armazenamento de 1.500 registros de pesagem; Banco de dados com capacidade para cadastros de clientes e produtos, nota fiscal, placa do veículo entre outros disponíveis; Display gráfico de multi-funções com teclado alfanumérico; Capacidade de transmissão de dados do sistema para um computador interligado; Canais de comunicação serial para conexão a impressora, computador, PLC ou display remoto; - Suporte giratório para montagem em parede ou mesa; Configuração e calibração digital realizada mediante teclado; Gabinete de aço inox , imune a interferências eletromagnéticas geradas por transmissores, possui proteção IP- 67, disponível na versão mesa ou parede; Capacidade de emissão de relatórios do sistema; Possibilita entrada manual e banco de taras. Proteção de alta tensão interna. Software Controle de Pesagem-Cadastro de produtos, clientes /fornecedores e transportadores; Pesagens de entrada (inicial) e saída (final) para cálculo do peso líquido (carga); Pesagem avulsa

(pesagem única);
Relatórios de
cadastros de
produtos, cliente
/fornecedor e
transportadores;
Relatórios de veículos
em trânsito; Relatórios
de resumo de
pesagens por
expedição, recepção
ou ambos juntos; -
Relatórios de
pesagens e de
tíquetes; Cadastro de
limites de peso inicial
e final; e Exportar
peso por data em um
arquivo Texto (txt).
Projeto da estrutura -
A balança deverá ser
montada ao nível do
solo, no modelo de
21,0 m por 3,20

m, contendo o acesso
por rampas; - No
dimensionamento das
fundações da
plataforma

de pesagem, deverão
ser consideradas as
cargas provenientes
dos fatores de
impacto e sobrecarga
que os veículos
transmitem quando
freiam ou deslocam-
se sobre a plataforma
de pesagem e o peso
próprio da estrutura
metálica da balança,
PROCEDÊNCIA
NACIONAL, PRAZO
DE VALIDADE DA
PROPOSTA 90 dias
contados da data de
sua apresentação.
ENTREGA 30 dias
corridos contados do
recebimento do
pedido de entrega.
Pagamento 30 dias
contados do
recebimento da nota
fiscal. GARANTIA 12
meses sem limites de
horas trabalhadas.
CERTIFICADA,

APROVADA E AFERIDA PELO IPEM /INMETRO. Registro Ministério da Saúde /ANVISA, Produto não Classificado para saúde pela ANVISA, segundo RDC n 260 e NOTA TÉCNICA N 03 / 2 0 1 2 . Acompanhamento da construção da base para instalação; supervisão de instalação.							
SUBTOTAL							R\$ 874.293,33

Órgão Participante: ITENS A SEREM ENTREGUES NO 5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE BLINDADO, AV. EXPEDICIONÁRIO EDMUNDO ARRABAR, 2338, BAIRRO SANTA ROSA, PORTO UNIÃO, SC, 89400-000								
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID	REQ. MÍNIMA	REQ. MÁXIMA	QTDE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
7	BALANÇA RODOVIÁRIA PORTÁTIL - Equipamento novo, zero hora de funcionamento; Ano de fabricação: do ano em curso. Tipo balança rodoviária portátil. Balança rodoviária portátil com 6 plataformas de pesagem; Plataformas independentes de 50 x 50 para pesagem; Capacidade mínima de pesagem individual de 6 ton por plataforma; Capacidade total de no mínimo 36.000kg; A balança deve ter a função tara; Erro máximo de pesagem permitido de 10kg; O sistema eletrônico deve possibilitar no mínimo a pesagem	420643	UND	1	4	4	R\$ 86.500,00	R\$ 346.000,00

	total da viatura (peso das plataformas juntas); Voltagem automática; Bolsa p/ acondicionamento do Indicador de Pesagem; Bateria interna com capacidade p/ 20h de uso contínuo; equipamento pintado conforme padrão do fabricante. O equipamento deve estar acompanhado do ferramental e acessórios necessários à sua montagem, manutenção e operação.							
8	Balança rodoviária eletrônica com plataforma modular que permite a remoção e transporte da balança para outro local, composta por módulos metálicos construídos em vigas de aço carbono. Capacidade de pesagem de 80.000 kg x 10 kg. Plataforma de pesagem com dimensões de 18 x 3,20m, vão de 0,80 m. Capacidade de célula de carga digital de 40 t, quantidade de células de carga digital: 8. Elementos de fixação da malha em aço CA-50 soldados, parafusos a-325 e porcas a-563, protegidos e tratados contra ferrugem (zincados). Indicador e gerenciador de pesagem que trabalha com até 16 células de cargas conectadas a uma	426753	UND	1	2	2	R\$ 335.906,00	R\$ 671.812,00

	caixa de junção. Cabos blindados com malha de aterramento, awg 22 com 6 vias preparados para não sofrer interferência de ruídos. Software de gerenciamento de pesagens. Deve atender a portaria do INMETRO/IPEM 236/94 inclusos: garantia mínima de cinco (05) a n o s ; acompanhamento técnico para supervisão de instalação e manuseio.							
9	Balança rodoviária, equipamento novo, zero hora de funcionamento, totalmente eletrônico, para instalação sobre piso, livre de quaisquer componentes mecânicos móveis; capacidade de pesagem de até 100.000 kg; divisões de leitura: de 20 kg; plataforma medindo: 21m x 3,20m; forma de instalação: sobre piso; e quantidade de células de carga digitais: 08 unidades. Plataforma de pesagem, cobertura em concreto, sendo utilizadas chapas de aço carbono SAE 1020, e perfis estruturados em aço carbono ASTM A-36 ou superior com um rigorosíssimo, controle de qualidade e de procedência garantida das células de carga; limitadores longitudinais e transversais que	426753	UND	1	2	2	R\$ 451.887,33	R\$ 903.774,66

proporcionam segurança e estabilidade no processo de pesagem; dotada de proteção de segurança nas duas laterais, ao longo de todo o comprimento da balança, fabricada em aço carbono; estrutura projetada para operar em condições severas, utilizando parâmetros: veículos com 3 eixos traseiros com concentração de carga de até 45 t no espaço de 3 m ou 2 eixos traseiros com concentração de carga até 23 t no espaço de 1,5 m da ponte de pesagem; elementos de fixação da malha em aço CA-50 soldados, ou superior; pintura realizada com tintas especiais

para prevenção de corrosões; a estrutura possui no mínimo 2 (dois) semáforos, um à frente e um ao final da pista de pesagem, 1(um) sensor de posicionamento do veículo, 2 (duas) cancelas, uma ao final e outra no início da pista de pesagem, e um display para

informação da carga a ser instalados juntamente na estrutura da balança, de forma que seja visível ao motorista. Os cabos para interligações da estrutura entre a plataforma de

[illegible][illegible][illegible]

recebimento da nota fiscal. GARANTIA 12 meses sem limites de horas trabalhadas. CERTIFICADA, APROVADA E AFERIDA PELO IPEM/INMETRO. Registro Ministério da Saúde/ANVISA, Produto não Classificado para saúde pela ANVISA, segundo RDC n 260 e NOTA TÉCNICA N 03/2012. Acompanhamento da construção da base para instalação; supervisão de instalação.							
SUBTOTAL							R\$ 1.921.586,66

Órgão Participante: ITENS A SEREM ENTREGUES NO 6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE, Rua João Manoel, 1261 – São Gabriel, RS – Cep: 97300-260								
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID	REQ. MÍNIMA	REQ. MÁXIMA	QTDE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
10	BALANÇA RODOVIÁRIA PORTÁTIL - Equipamento novo, zero hora de funcionamento; Ano de fabricação: do ano em curso. Tipo balança rodoviária portátil. Balança rodoviária portátil com 6 plataformas de pesagem; Plataformas independentes de 50 x 50 para pesagem; Capacidade mínima de pesagem individual de 6 ton por plataforma; Capacidade total de no mínimo 36.000kg; A balança deve ter a	420643	UND	1	2	2	R\$ 86.500,00	R\$ 173.000,00

	função tara; Erro máximo de pesagem permitido de 10kg; O sistema eletrônico deve possibilitar no mínimo a pesagem total da viatura (peso das plataformas juntas); Voltagem automática; Bolsa p/ acondicionamento do Indicador de Pesagem; Bateria interna com capacidade p/ 20h de uso contínuo; equipamento pintado conforme padrão do fabricante. O equipamento deve estar acompanhado do ferramental e acessórios necessários à sua montagem, manutenção e operação.							
11	Balança rodoviária eletrônica com plataforma modular que permite a remoção e transporte da balança para outro local, composta por módulos metálicos construídos em vigas de aço carbono. Capacidade de pesagem de 80.000 kg x 10 kg. Plataforma de pesagem com dimensões de 18 x 3,20m, vão de 0,80 m. Capacidade de célula de carga digital de 40 t, quantidade de células de carga digital: 8. Elementos de fixação da malha em aço CA-50 soldados, parafusos a-325 e porcas a-563, protegidos e tratados contra ferrugem (zincados). Indicador e gerenciador de	426753	UND	1	2	2	R\$ 335.906,00	R\$ 671.812,00

	pesagem que trabalha com até 16 células de cargas conectadas a uma caixa de junção. Cabos blindados com malha de aterramento, awg 22 com 6 vias preparados para não sofrer interferência de ruídos. Software de gerenciamento de pesagens. Deve atender a portaria do INMETRO/IPEM 236/94 inclusos: garantia mínima de cinco (05) a n o s ; acompanhamento técnico para supervisão de instalação e manuseio.							
12	Balança rodoviária, equipamento novo, zero hora de funcionamento, totalmente eletrônico, para instalação sobre piso, livre de quaisquer componentes mecânicos móveis; capacidade de pesagem de até 100.000 kg; divisões de leitura: de 20 kg; plataforma medindo: 21m x 3,20m; forma de instalação: sobre piso; e quantidade de células de carga digitais: 08 unidades. Plataforma de pesagem, cobertura em concreto, sendo utilizadas chapas de aço carbono SAE 1020, e perfis estruturados em aço carbono ASTM A-36 ou superior com um rigorosíssimo, controle de qualidade e de procedência garantida das células de carga; limitadores	426753	UND	1	2	2	R\$ 451.887,33	R\$ 903.774,662

longitudinais e transversais que proporcionam segurança e estabilidade no processo de pesagem; dotada de proteção de segurança nas duas laterais, ao longo de todo o comprimento da balança, fabricada em aço carbono; estrutura projetada para operar em condições severas, utilizando parâmetros: veículos com 3 eixos traseiros com concentração de carga de até 45 t no espaço de 3 m ou 2 eixos traseiros com concentração de carga até 23 t no espaço de 1,5 m da ponte de pesagem; elementos de fixação da malha em aço CA-50 soldados, ou superior; pintura realizada com tintas especiais para prevenção de corrosões; a estrutura possui no mínimo 2 (dois) semáforos, um à frente e um ao final da pista de pesagem, 1(um) sensor de posicionamento do veículo, 2 (duas) cancelas, uma ao final e outra no início da pista de pesagem, e um display para informação da carga a ser instalados juntamente na estrutura da balança, de forma que seja visível ao motorista. Os cabos para interligações da estrutura entre a plataforma de pesagem e o indicador de peso tem capacidade para									
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

estruturas em concreto. Células de cargas interligadas, que não utilizam uso da caixa de junção; proteção contra interferência de rádio

interno digital; carga nominal: 20t a 50t; Material de aço inoxidável soldado a laser, IP68; Certificado de acordo

com a OIML R60; Atende EMC / ESD exigidas de acordo com EN 45 501; Indicador de pesagem DIGITAL. Capacidade de armazenamento de 1.500 registros de pesagem; Banco de dados com capacidade para cadastros de clientes e produtos, nota fiscal, placa do veículo entre outros disponíveis; Display gráfico de multi- funções com teclado alfanumérico; Capacidade de transmissão de dados do sistema para um computador interligado; Canais de comunicação serial para conexão a impressora, computador, PLC ou display remoto; - Suporte giratório para montagem em parede ou mesa; Configuração e calibração digital realizada mediante teclado; Gabinete de aço inox , imune a interferências eletromagnéticas geradas por transmissores, possui proteção IP- 67,disponível na versão mesa ou parede; Capacidade de emissão de relatórios do sistema; Possibilita entrada manual e banco de taras. Proteção de alta tensão interna. Software Controle de Pesagem-Cadastro de produtos, clientes /fornecedores e									
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

pedido de entrega. Pagamento 30 dias contados do recebimento da nota fiscal. GARANTIA 12 meses sem limites de horas trabalhadas. CERTIFICADA, APROVADA E AFERIDA PELO IPEM/INMETRO. Registro Ministério da Saúde/ANVISA, Produto não Classificado para saúde pela ANVISA, segundo RDC n 260 e NOTA TÉCNICA N 03/2012. Acompanhamento da construção da base para instalação; supervisão de instalação.							
SUBTOTAL							R\$ 1.748.586,66

Órgão Participante: ITENS A SEREM ENTREGUES NO 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, Avenida das Nações Unidas, 2100, Estação Experimental, CEP 69918-093, na cidade de Rio Branco – AC

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID	REQ. MÍNIMA	REQ. MÁXIMA	QTDE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	BALANÇA RODOVIÁRIA PORTÁTIL - Equipamento novo, zero hora de funcionamento; Ano de fabricação: do ano em curso. Tipo balança rodoviária portátil. Balança rodoviária portátil com 6 plataformas de pesagem; Plataformas independentes de 50 x 50 para pesagem; Capacidade mínima de pesagem individual de 6 ton por plataforma; Capacidade total de	420643	UND	1	1	1	R\$ 86.500,00	R\$ 86.500,00

	no mínimo 36.000kg; A balança deve ter a função tara; Erro máximo de pesagem permitido de 10kg; O sistema eletrônico deve possibilitar no mínimo a pesagem total da viatura (peso das plataformas juntas); Voltagem automática; Bolsa p/ acondicionamento do Indicador de Pesagem; Bateria interna com capacidade p/ 20h de uso contínuo; equipamento pintado conforme padrão do fabricante. O equipamento deve estar acompanhado do ferramental e acessórios necessários à sua montagem, manutenção e operação.							
14	Balança rodoviária eletrônica com plataforma modular que permite a remoção e transporte da balança para outro local, composta por módulos metálicos construídos em vigas de aço carbono. Capacidade de pesagem de 80.000 kg x 10 kg. Plataforma de pesagem com dimensões de 18 x 3,20m, vão de 0,80 m. Capacidade de célula de carga digital de 40 t, quantidade de células de carga digital: 8. Elementos de fixação da malha em aço CA-50 soldados, parafusos a-325 e porcas a-563,	426753	UND	1	1	1	R\$ 335.906,00	R\$ 335.906,00

	protegidos e tratados contra ferrugem (zincados). Indicador e gerenciador de pesagem que trabalha com até 16 células de cargas conectadas a uma caixa de junção. Cabos blindados com malha de aterramento, awg 22 com 6 vias preparados para não sofrer interferência de ruídos. Software de gerenciamento de pesagens. Deve atender a portaria do INMETRO/IPEM 236 /94 inclusos: garantia mínima de cinco (05) a n o s ; acompanhamento técnico para supervisão de instalação e manuseio.							
15	Balança rodoviária, equipamento novo, zero hora de funcionamento, totalmente eletrônico, para instalação sobre piso, livre de quaisquer componentes mecânicos móveis; capacidade de pesagem de até 100.000 kg; divisões de leitura: de 20 kg; plataforma medindo: 21m x 3,20m; forma de instalação: sobre piso; e quantidade de células de carga digitais: 08 unidades. Plataforma de pesagem, cobertura em concreto, sendo utilizadas chapas de aço carbono SAE 1020, e perfis estruturados em aço carbono ASTM A-36 ou superior com um rigorosíssimo, controle de qualidade e de procedência garantida das células de carga;	426753	UND	1	1	1	R\$ 451.887,33	R\$ 451.887,33

limitadores longitudinais e transversais que proporcionam segurança e estabilidade no processo de pesagem; dotada de proteção de segurança nas duas laterais, ao longo de todo o comprimento da balança, fabricada em aço carbono; estrutura projetada para operar em condições severas, utilizando parâmetros: veículos com 3 eixos traseiros com concentração de carga de até 45 t no espaço de 3 m ou 2 eixos traseiros com concentração de carga até 23 t no espaço de 1,5 m da ponte de pesagem; elementos de fixação da malha em aço CA-50 soldados, ou superior; pintura realizada com tintas especiais

para prevenção de corrosões; a estrutura possui no mínimo 2 (dois) semáforos, um á frente e um ao final da pista de pesagem, 1 (um) sensor de posicionamento do veículo, 2 (duas) cancelas, uma ao final e outra no início da pista de pesagem, e um display para informação da carga a ser instalados juntamente na estrutura da balança, de forma que seja visível ao motorista. Os cabos para interligações da estrutura entre a plataforma de pesagem e o indicador de peso tem

capacidade para instalação em uma posição de no mínimo 20 m de distância entre os mesmos; estrutura trabalhada com esmalte antiferrugem /antioxidante p reparadas para receber estruturas em concreto. Células de cargas interligadas, que não utilizam uso da caixa de junção; proteção contra interferência de rádio frequência; conectores protegidos contra umidade e corrosão; resistência e proteção contra pequenas descargas elétricas e raios; célula dotada de pino central para acomodação descarga descentralizada sistema de compensação automática do efeito creep”, em decorrência de deformações causadas por carga deixada sobre a plataforma; sistema automático de compensação de temperatura; dados de calibração individual guardados em memória própria não volátil; tempo médio entre falhas (MTBF) maior que 20.000 horas; sinal de saída digital, com processador interno digital; carga nominal: 20t a 50t; Material de aço inoxidável soldado a laser, IP68; Certificado de acordo com a OIML R60; Atende EMC / ESD exigidas de acordo							
---	--	--	--	--	--	--	--

com EN 45 501; Indicador de pesagem DIGITAL. Capacidade de armazenamento de 1.500 registros de pesagem; Banco de dados com capacidade para cadastros de clientes e produtos, nota fiscal, placa do veículo entre outros disponíveis; Display gráfico de multi-funções com teclado alfanumérico; Capacidade de transmissão de dados do sistema para um computador interligado; Canais de comunicação serial para conexão a impressora, computador, PLC ou display remoto; - Suporte giratório para montagem em parede ou mesa;							
Configuração e calibração digital realizada mediante teclado; Gabinete de aço inox , imune a interferências eletromagnéticas geradas por transmissores, possui proteção IP-							
67,disponível na versão mesa ou parede; Capacidade de emissão de relatórios do sistema; Possibilita entrada manual e banco de taras. Proteção de alta tensão interna. Software							
Controle de Pesagem- Cadastro de produtos, clientes/fornecedores e transportadores; Pesagens de entrada (inicial) e saída (final) para cálculo do peso líquido (carga); Pesagem avulsa							

horas trabalhadas. CERTIFICADA, APROVADA E AFERIDA PELO IPEM /INMETRO. Registro Ministério da Saúde /ANVISA, Produto não Classificado para saúde pela ANVISA, segundo RDC n 260 e NOTA TÉCNICA N 03 / 2 0 1 2 . Acompanhamento da construção da base para instalação; supervisão de instalação.							
SUBTOTAL							R\$ 874.293,33

Órgão Participante: ITENS A SEREM ENTREGUES NO 5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, Av. Rogério Weber, no 1, Bairro Militar, Porto Velho - RO, 76.804-990

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID	REQ. MÍNIMA	REQ. MÁXIMA	QTDE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	BALANÇA RODOVIÁRIA PORTÁTIL - Equipamento novo, zero hora de funcionamento; Ano de fabricação: do ano em curso. Tipo balança rodoviária portátil. Balança rodoviária portátil com 6 plataformas de pesagem; Plataformas independentes de 50 x 50 para pesagem; Capacidade mínima de pesagem individual de 6 ton por plataforma; Capacidade total de no mínimo 36.000kg; A balança deve ter a função tara; Erro máximo de pesagem permitido de 10kg; O sistema eletrônico deve possibilitar no	420643	UND	1	1	1	R\$ 86.500,00	R\$ 86.500,00

	mínimo a pesagem total da viatura (peso das plataformas juntas); Voltagem automática; Bolsa p/ acondicionamento do Indicador de Pesagem; Bateria interna com capacidade p/ 20h de uso contínuo; equipamento pintado conforme padrão do fabricante. O equipamento deve estar acompanhado do ferramental e acessórios necessários à sua montagem, manutenção e operação.							
17	Balança rodoviária eletrônica com plataforma modular que permite a remoção e transporte da balança para outro local, composta por módulos metálicos construídos em vigas de aço carbono. Capacidade de pesagem de 80.000 kg x 10 kg. Plataforma de pesagem com dimensões de 18 x 3,20m, vão de 0,80 m. Capacidade de célula de carga digital de 40 t, quantidade de células de carga digital: 8. Elementos de fixação da malha em aço CA-50 soldados, parafusos a-325 e porcas a-563, protegidos e tratados contra ferrugem (zincados). Indicador e gerenciador de pesagem que trabalha com até 16 células de cargas	426753	UND	1	1	1	R\$ 335.906,00	R\$ 335.906,00

	conectadas a uma caixa de junção. Cabos blindados com malha de aterramento, awg 22 com 6 vias preparados para não sofrer interferência de ruídos. Software de gerenciamento de pesagens. Deve atender a portaria do INMETRO/IPEM 236/94 incluso: garantia mínima de cinco (05) a n o s ; acompanhamento técnico para supervisão de instalação e manuseio.							
18	Balança rodoviária, equipamento novo, zero hora de funcionamento, totalmente eletrônico, para instalação sobre piso, livre de quaisquer componentes mecânicos móveis; capacidade de pesagem de até 100.000 kg; divisões de leitura: de 20 kg; plataforma medindo: 21m x 3,20m; forma de instalação: sobre piso; e quantidade de células de carga digitais: 08 unidades. Plataforma de pesagem, cobertura em concreto, sendo utilizadas chapas de aço carbono SAE 1020, e perfis estruturados em aço carbono ASTM A-36 ou superior com um rigorosíssimo, controle de qualidade e de procedência garantida das células de carga; limitadores longitudinais e	426753	UND	1	1	1	R\$ 451.887,33	R\$ 451.887,33

transversais que proporcionam segurança e estabilidade no processo de pesagem; dotada de proteção de segurança nas duas laterais, ao longo de todo o comprimento da balança, fabricada em aço carbono; estrutura projetada para operar em condições severas, utilizando parâmetros: veículos com 3 eixos traseiros com concentração de carga de até 45 t no espaço de 3 m ou 2 eixos traseiros com concentração de carga até 23 t no espaço de 1,5 m da ponte de pesagem; elementos de fixação da malha em aço CA-50 soldados, ou superior; pintura realizada com tintas especiais									
para prevenção de corrosões; a estrutura possui no mínimo 2 (dois) semáforos, um á frente e um ao final da pisa de pesagem, 1(um) sensor de posicionamento do veículo, 2 (duas) cancelas, uma ao final e outra no início da pista de pesagem, e um display para									
informação da carga a ser instalados juntamente na estrutura da balança, de forma que seja visível ao motorista. Os cabos para interligações da estrutura entre a plataforma de									

--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

transportadores; Pesagens de entrada (inicial) e saída (final) para cálculo do peso líquido (carga); Pesagem avulsa (pesagem única); Relatórios de cadastros de produtos, cliente /fornecedor e transportadores; Relatórios de veículos em trânsito; Relatórios de resumo de pesagens por expedição, recepção ou ambos juntos; - Relatórios de pesagens e de tíquetes; Cadastro de limites de peso inicial e final; e Exportar peso por data em um arquivo Texto (txt). Projeto da estrutura - A balança deverá ser montada ao nível do solo, no modelo de 21,0 m por 3,20 m, contendo o acesso por rampas; - No dimensionamento das fundações da plataforma de pesagem, deverão ser consideradas as cargas provenientes dos fatores de impacto e sobrecarga que os veículos transmitem quando freiam ou deslocam-se sobre a plataforma de pesagem e o peso próprio da estrutura metálica da balança, PROCEDÊNCIA NACIONAL, PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA 90 dias contados da data de sua apresentação. ENTREGA 30 dias							
--	--	--	--	--	--	--	--

corridos contados do recebimento do pedido de entrega. Pagamento 30 dias contados do recebimento da nota fiscal. GARANTIA 12 meses sem limites de horas trabalhadas. CERTIFICADA, APROVADA E AFERIDA PELO IPEM/INMETRO. Registro Ministério da Saúde/ANVISA, Produto não Classificado para saúde pela ANVISA, segundo RDC n 260 e NOTA TÉCNICA N 03/2012. Acompanhamento da construção da base para instalação; supervisão de instalação.							
SUBTOTAL							R\$ 874.293,33
TOTAL							R\$ 8.733.639,97

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados do(a) **data de assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável é de R\$ 8.733.639,97 (oito milhões, setecentos e trinta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos) na pesquisa de preços, o sistema adota valores com quatro casas decimais; contudo, no Termo de Referência, os valores foram arredondados para duas casas decimais.

1.6. O CATMAT dos itens estão descritos na tabela acima. Esse foi o código disponível que mais se aproximou ao objeto da contratação, contudo apresenta algumas características diferentes das exigidas por esta Administração. Por esse motivo, os FORNECEDORES INTERESSADOS deverão observar as especificações descritas nesse Termo de Referência e não no código do catálogo de bens e serviços do Portal Compras. gov.br.

1.7. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sítio do Compras Governamentais (CATSER) e as especificações constantes deste Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

ITEM 1 – BALANÇA RODOVIÁRIA PORTÁTIL

<u>Itens</u>	<u>Descrição</u>
<u>Características gerais</u>	<u>Equipamento novo, zero hora de funcionamento;</u> <u>Ano de fabricação: do ano em curso;</u> <u>Tipo balança rodoviária portátil;</u>
<u>Especificações Técnicas</u>	<u>Balança rodoviária portátil com 6 plataformas de</u> <u>pesagem;</u> <u>Plataformas independentes de 50 x 50 para pesagem;</u> <u>Capacidade mínima de pesagem individual de 6 ton</u> <u>por plataforma;</u> <u>Capacidade total de no mínimo 36.000kg;</u> <u>A balança deve ter a função tara;</u> <u>Erro máximo de pesagem permitido de 10kg;</u> <u>O sistema eletrônico deve possibilitar no mínimo a</u> <u>pesagem total da</u> <u>viatura (peso das plataformas juntas);</u> <u>Voltagem automática;</u> <u>Bolsa p/ acondicionamento do Indicador de</u> <u>Pesagem;</u> <u>Bateria interna com capacidade p/ 20h de uso</u> <u>contínuo;</u>
<u>Pintura</u>	<u>Equipamento pintado conforme padrão do fabricante.</u>
<u>Ferramentas e manutenção</u>	<u>O equipamento deve estar acompanhado do</u> <u>ferramental e acessórios necessários à sua</u> <u>montagem, manutenção e operação.</u>
<u>Instalação</u>	<u>Os custos para a instalação da balança será por</u> <u>conta da contratada;</u> <u>Os serviços de preparação do terreno como</u> <u>terraplanagem com equipamentos de engenharia,</u> <u>será por conta do batalhão;</u>

a. Documentação

Os seguintes itens, redigidos em língua portuguesa e impressos, deverão ser fornecidos:

- 1) 1 (um) manual de operação do equipamento;**
- 2) 1 (um) manual de serviço do equipamento;**
- 3) 1(um) catálogo impresso, contendo todos os códigos de falha passíveis de ocorrência no equipamento. (caso não esteja contemplado no manual de serviços).**
- 4) 1 (um) manual de manutenção do equipamento;**
- 5) 1 (um) catálogo de peças e acessórios com os respectivos números de referência de fábrica de todos os seus itens de reposição;**
- 6) Relação da rede de assistência técnica no território nacional;**
- 7) Certificação e/ou aprovação dos ensaios ISO e SAE previstos nos itens anteriores; e**
- 8) CD, DVD ou outra mídia compilando todos os manuais e catálogos mencionados acima.**

O PAGAMENTO DA NOTA FISCAL DE FORNECIMENTO DESTES EQUIPAMENTOS SÓ SERÁ PROCEDIDO MEDIANTE A ENTREGA DE TODOS OS MANUAIS SOLICITADOS.

Certificado de garantia contendo garantia técnica mínima de 12 (doze) meses, contra defeitos de fábrica, montagem e funcionamento decorrentes de desgastes prematuros durante a operação e emprego normal a contar da data do recebimento definitivo do material no local de entrega.

Entrega técnica no local determinado pelo usuário final, por técnico especializado, para transmitir informações técnicas sobre operação, o emprego, a manutenção básica e a segurança do equipamento;

Duração mínima da entrega técnica: 8 (oito) horas.

Prazos:

- **Prazo de entrega do equipamento: até 60 (sessenta) dias após o recebimento da nota de empenho;**
- **Prazo para entrega técnica: até 30 (trinta) dias após o recebimento do equipamento;**

Treinamento

- **Por ocasião da entrega técnica do equipamento de no mínimo de 8 (oito) horas, por técnico credenciado e Habilitado pelo fabricante.**

Proteção ambiental e Segurança

- **O equipamento deve atender a legislação ambiental, em especial, o Proncove (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores para Máquinas Agrícolas e Rodoviárias), conforme RESOLUÇÃO no 433, de 13 de julho de 2011, publicada no D.O.U. de 14 de julho de 2011, a qual estabeleceu em seu do Art. 4º, § 2º:**

"§2º A partir de 1º de janeiro de 2017, todos os motores destinados às máquinas rodoviárias em produção ou importados, para todas as faixas de potência, devem atender aos limites da fase MAR-I de acordo com a Tabela I do Anexo A desta Resolução." (grifo nosso)

O equipamento deve atender a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

ITEM 2 – BALANÇA RODOVIÁRIA

<u>Itens</u>	<u>Descrição</u>
<u>Características gerais</u>	<u>Equipamento novo, zero hora de funcionamento;</u> <u>Ano de fabricação: do ano em curso;</u>
<u>Pintura</u>	<u>equipamento pintado conforme padrão do fabricante.</u>
<u>Ferramentas e manutenção</u>	<u>O equipamento deve estar acompanhado do ferramental e acessórios necessários à sua montagem, manutenção e operação.</u>
<u>Instalação</u>	<u>Os custos para a instalação da balança será por conta da contratada;</u> <u>Os serviços de preparação do terreno como terraplanagem com equipamentos de engenharia, será por conta do batalhão;</u>

a. Documentação:

Os seguintes itens, redigidos em língua portuguesa e impressos, deverão ser fornecidos:

- 1) 1 (um) manual de operação do equipamento;
- 2) 1 (um) manual de serviço do equipamento;
- 3) 1(um) catálogo impresso, contendo todos os códigos de falha passíveis de ocorrência no equipamento. (caso não esteja contemplado no manual de serviços).
- 4) 1 (um) manual de manutenção do equipamento;
- 5) 1 (um) catálogo de peças e acessórios com os respectivos números de referência de fábrica de todos os seus itens de reposição;
- 6) Relação da rede de assistência técnica no território nacional;
- 7) Certificação e/ou aprovação dos ensaios ISO e SAE previstos nos itens anteriores; e
- 8) CD, DVD ou outra mídia compilando todos os manuais e catálogos mencionados acima.

O PAGAMENTO DA NOTA FISCAL DE FORNECIMENTO DESTA EQUIPAMENTO SÓ SERÁ PROCEDIDO MEDIANTE A ENTREGA DE TODOS OS MANUAIS SOLICITADOS.

Certificado de garantia contendo garantia técnica mínima de 12 (doze) meses, contra defeitos de fábrica, montagem e funcionamento decorrentes de desgastes prematuros durante a operação e emprego normal a contar da data do recebimento definitivo do material no local de entrega.

Entrega técnica no local determinado pelo usuário final, por técnico especializado, para transmitir informações técnicas sobre operação, o emprego, a manutenção básica e a segurança do equipamento; Duração mínima da entrega técnica: 8 (oito) horas.

Prazos:

- Prazo de entrega do equipamento: até 60 (sessenta) dias após o recebimento da nota de empenho;
- Prazo para entrega técnica: até 30 (trinta) dias após o recebimento do equipamento

Treinamento:

- Por ocasião da entrega técnica do equipamento de no mínimo de 8 (oito) horas, por técnico credenciado e Habilitado pelo fabricante.

Proteção ambiental e Segurança:

- O equipamento deve atender a legislação ambiental, em especial, o Proncove (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores para Máquinas Agrícolas e Rodoviárias), conforme RESOLUÇÃO no 433, de 13 de julho de 2011, publicada no D.O.U. de 14 de julho de 2011, a qual estabeleceu em seu do Art. 4º, § 2º:

"§2º A partir de 1º de janeiro de 2017, todos os motores destinados às máquinas rodoviárias em produção ou importados, para todas as faixas de potência, devem atender aos limites da fase MAR-I de acordo com a Tabela I do Anexo A desta Resolução." (grifo nosso)

ITEM 3 – BALANÇA RODOVIÁRIA

<u>Itens</u>	<u>Descrição</u>
<u>Características gerais</u>	<u>Equipamento novo, zero hora de funcionamento;</u> <u>Ano de fabricação: do ano em curso;</u> <u>Tipo balança rodoviária portátil;</u>
<u>Pintura</u>	<u>equipamento pintado conforme padrão do fabricante.</u>

<u>Ferramentas e manutenção</u>	<u>O equipamento deve estar acompanhado do ferramental e acessórios necessários à sua montagem, manutenção e operação.</u>
<u>Instalação</u>	<u>Os custos para a instalação da balança será por conta da contratada;</u> <u>Os serviços de preparação do terreno como terraplanagem com equipamentos de engenharia, será por conta do batalhão;</u>

a. Documentação

Os seguintes itens, redigidos em língua portuguesa e impressos, deverão ser fornecidos:

- 1) 1 (um) manual de operação do equipamento;
- 2) 1 (um) manual de serviço do equipamento;
- 3) 1(um) catálogo impresso, contendo todos os códigos de falha passíveis de ocorrência no equipamento. (caso não esteja contemplado no manual de serviços).
- 4) 1 (um) manual de manutenção do equipamento;
- 5) 1 (um) catálogo de peças e acessórios com os respectivos números de referência de fábrica de todos os seus itens de reposição;
- 6) Relação da rede de assistência técnica no território nacional;
- 7) Certificação e/ou aprovação dos ensaios ISO e SAE previstos nos itens anteriores; e
- 8) CD, DVD ou outra mídia compilando todos os manuais e catálogos mencionados acima.

O PAGAMENTO DA NOTA FISCAL DE FORNECIMENTO DESTES EQUIPAMENTOS SÓ SERÁ PROCEDIDO MEDIANTE A ENTREGA DE TODOS OS MANUAIS SOLICITADOS.

Certificado de garantia contendo garantia técnica mínima de 12 (doze) meses, contra defeitos de fábrica, montagem e funcionamento decorrentes de desgastes prematuros durante a operação e emprego normal a contar da data do recebimento definitivo do material no local de entrega.

Entrega técnica no local determinado pelo usuário final, por técnico especializado, para transmitir informações técnicas sobre operação, o emprego, a manutenção básica e a segurança do equipamento;
Duração mínima da entrega técnica: 8 (oito) horas.

Prazos:

- Prazo de entrega do equipamento: até 60 (sessenta) dias após o recebimento da nota de empenho;
- Prazo para entrega técnica: até 30 (trinta) dias após o recebimento do equipamento;

Treinamento:

- Por ocasião da entrega técnica do equipamento de no mínimo de 8 (oito) horas, por técnico credenciado e Habilitado pelo fabricante.

Proteção ambiental e Segurança

- O equipamento deve atender a legislação ambiental, em especial, o Proncove (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores para Máquinas Agrícolas e Rodoviárias), conforme RESOLUÇÃO no 433, de 13 de julho de 2011, publicada no D.O.U. de 14 de julho de 2011, a qual estabeleceu em seu do Art. 4º, § 2º:

"§2º A partir de 1º de janeiro de 2017, todos os motores destinados às máquinas rodoviárias em produção ou importados, para todas as faixas de potência, devem atender aos limites da fase MAR-I de acordo com a Tabela I do Anexo A desta Resolução." (grifo nosso)

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A presente contratação visa à aquisição dos ativos elencados e implementação de novas soluções que permitem a sustentabilidade nas diversas atividades desempenhadas pelo 3º BEC e demais Organizações Militares beneficiadas pelo certame, a fim de proporcionar maior eficiência energética bem como aumentar a eficiência na execução e apoio a obras e inúmeros transportes de pessoal, com menor quantidade de emissão de poluentes, diminuindo diretamente o passivo ambiental dos projetos dos Batalhões, o que reduz o impacto ambiental do emprego de tecnologias obsoletas, o que justifica a reposição, mitigando impactos ambientais que hoje ocorrem. Não existe previsão de impacto ambiental nessas aquisições, haja vista que os meios substituídos tem previsão de descarte por processo padronizado pela normatização vigente.

4.1.2. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

4.1.3. O equipamento deve atender a legislação ambiental, em especial, o Proncove (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores para Máquinas Agrícolas e Rodoviárias), conforme RESOLUÇÃO no 433, de 13 de julho de 2011, publicada no D.O.U. de 14 de julho de 2011, a qual estabeleceu em seu Art. 4º, § 2º:

"§2º A partir de 1º de janeiro de 2017, todos os motores destinados às máquinas rodoviárias em produção ou importados, para todas as faixas de potência, devem atender aos limites da fase MAR-I de acordo com a Tabela I do Anexo A desta Resolução." (grifo nosso)

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho emitida pela contratante, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (10) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

5.3.1. Órgão gerenciador: sede do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, localizado na Avenida Senador Helvídio Nunes S/N, bairro Jardim Natal, CEP 64.606-000, na cidade de Picos-PI.

5.3.2. Órgão participante: sede do 2º Batalhão de Engenharia de Construção, , AV. FREI SERAFIM No 2833, Bairro Centro, Teresina-PI, 64000-020.

5.3.3. Órgão participante: sede do 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado, AV. Expedicionário Edmundo Arrabar, 2338, Bairro Santa Rosa, Porto União, SC, 89400-000.

5.3.4. Órgão participante: sede do 6º Batalhão de Engenharia de Combate (Rua João Manoel, 1261 – São Gabriel, RS – Cep: 97300-260.

5.3.5. Órgão participante: sede do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, localizado na Avenida das Nações Unidas, 2100, Estação Experimental, CEP 69918-093, na cidade de Rio Branco – AC.

5.3.6. Órgão participante: sede do 5º Batalhão de Engenharia de Construção (ÓRGÃO – Av. Rogério Weber, no 1, Bairro Militar, Porto Velho - RO, 76.804-990.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 6.16. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,05% (cinco centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25 (vinte e cinco)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;[A2]

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,07% (sete centésimos por cento)** a **2% (dois por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,07% (sete centésimos por cento)** a **2% (dois por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,07% (sete centésimos por cento)** a **2% (dois por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,07% (sete centésimos por cento)** a **2% (dois por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,07% (sete centésimos por cento)** a **2% (dois por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **60 (sessenta)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **30 (trinta)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco)** dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5.o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o

pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado no ano.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo** de **5% do valor total estimado da contratação**.

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.33. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.2. . Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.33.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 8.733.639,97 (oito milhões, setecentos e trinta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Picos-PI, 22 de agosto de 2025.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato **Nota de Empenho**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no **Edital**, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.8.1 A Administração terá o prazo de *30 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.
- 3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Piauí, Seção Judiciária de Picos-PI para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, identificar o Contratado declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELIARDO VINICIUS SOARES CUNHA

Chefe da Equipe de Contratação

WARNER SCOTT SOBREIRA LIMA JUNIOR

Integrante Administrativo